

02.03
Julho
2021

JORNADAS DO PATRIMÓNIO

BARRANCOS
CINETEATRO

Entre Noudar e Barrancos

Programa

02 julho

10h00
Receção dos participantes

10h30
Sessão de abertura

Dr. João Serranito Nunes,
Presidente da Câmara Municipal de Barrancos

Dr.^a Ana Paula Amendoeira,
Diretora Regional de Cultura do Alentejo

Dr. Pablo Paniego Díaz,
Master em Arqueologia e Património

11h00
Geologia da região de Barrancos: um património invulgar.
José Manuel Piçarra d'Almeida

11h20
Pausa para café

11h40
Las minas de Barrancos (Portugal) en el contexto de la
Zona Ossa Morena
Juan Aurelio Pérez Macías

12h00
Entre celtas y romanos: La II Edad del Hierro y la
romanización en la cuenca del río Ardila
Pablo Paniego Díaz

12h20
Debate
Moderador - António Monge Soares

13h00
Pausa para almoço

14h30
Vestígios de época islâmica em aquém-Guadiana
Santiago Macías

14h50
Castillos de la Banda Gallega:
fortificaciones en la Raya
Eduardo Romero Bomba

15h10
Gentes vindas de Espanha no século XIX
Miguel Rego

15h30
Memória, Cultura e Património: algumas
ideias para pensar o futuro
Dulce Simões

15h50
Pausa

16h10
Características de la lengua barranqueña: su formación y
su presente.
María Victoria Navas

16h20
Para quê e como codificar uma língua ameaçada?
María Filomena Gonçalves

16h30
O Programa de Preservação e Valorização do Património
Cultural Barranquenho: primeiras iniciativas
Carla Pica

16h40
Apresentação do Livro "O Barranquenho como Língua de
Contacto no contexto Românico"

17h00
Encerramento
Manuela Lopes,
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Barrancos

03 julho

09h30
Visita à Exposição
"Portugal y Magreb - Los caminos al exilio por el Sur" 1936/1950

10h00
Partida de autocarro para visitas

10h30
Visita guiada ao Campo de Refugiados da Coitadinha,
Dulce Simões

Visita guiada ao Castelo de Noudar,
Lídia Segão

Memória, Cultura e Património: algumas ideias para pensar o futuro

Dulce Simões

INET-MD / FCSH / Universidade Nova de Lisboa

Nas últimas décadas, o Alentejo foi cenário de profundas transformações económicas, políticas e sociais, propício à construção de um lugar idílico europeu que alheia os turistas da complexa cultura ancestral, baseada na relação entre as comunidades e o meio ambiente. O património histórico e cultural colocado ao serviço do turismo desempenha neste processo o papel de actor principal de uma “sociedade do espectáculo”, em que as populações parecem servir de figurantes. Os usos políticos da cultura, associados ao conceito de património, transformaram os bens culturais das comunidades em desdobramentos de espectáculo, na passagem do simbólico ao virtual, atribuindo preços a coisas que na realidade nunca foram produzidas como mercadorias. A aceitação acrítica e passiva do modelo capitalista neoliberal, plasmado nos programas de desenvolvimento sustentável elaborados em Bruxelas e Lisboa, centrados no turismo e na exploração agro-industrial intensiva, acentuam a dependência económica, as desigualdades sociais e a subalternidade política.

Em 2020 a crise pandémica suspendeu a dinâmica económica e cultural, com o encerramento de serviços dependentes do turismo e as atividades de associações culturais e agrupamentos musicais que sustentam as sociabilidades essenciais à vida das pessoas. A crise pandémica evidenciou a importância dos direitos culturais na vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que os direitos humanos foram suspensos em diversos lugares do mundo. A desigualdade social exposta pela pandemia, no acesso ao trabalho, aos serviços de saúde e ao ensino, agravou as tensões sociais e a expansão de discursos populistas que comprometem os valores da democracia. No âmbito do “Plano de Ação para a Democracia Europeia”, da Comissão Europeia, as elites políticas pretenderam promover a valorização do pluralismo cultural, a inclusão, participação, coesão

social e a cidadania, na intersecção de políticas culturais e educativas. Neste contexto nasceu a “Carta de Porto-Santo”, com o objectivo de promover uma concepção de cidadania baseada no pluralismo cultural, no reconhecimento da multiplicidade de vozes e na valorização das diferenças.

Sabemos que cada formação cultural tem uma forma peculiar de compreender o mundo, de viver a existência colectiva e individual, de relacionar-se com a natureza e com outros povos e culturas, bem como de expressar emoções e sonhos. Os ecossistemas em que os seres humanos estão inseridos e nos quais desenvolvem a sua existência humana resulta de processos históricos e de contextos económicos, sociais e políticos que modelam e renovam os referentes culturais das “comunidades imaginadas”. Estes são assim conformados ao longo do tempo, entre o particular e o universal, a tradição e a inovação, a diversidade e a coesão social. Em Barrancos os referentes culturais revelaram potencialidades de resistência a lógicas culturais hegemónicas, firmadas nos princípios da igualdade e da diversidade cultural. A igualdade a que as pessoas aspiram situa-se no plano social, no direito ao emprego, a bens e serviços e a oportunidades iguais, contra qualquer forma de discriminação. A diversidade tem por objetivo a identificação com valores comunitários, baseados em relações humanizadas, na confiança, na dignidade humana e na solidariedade. A acentuada sociabilidade entre iguais, ou entre pessoas que tendem a considerar-se iguais por partilharem ideias, valores e objectivos comuns, sustenta-se em relações personalizadas e na memória colectiva que reforça as relações comunitárias.

Como assinalou David Lowenthal (1998) relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade; saber o que fomos confirma o que somos, e a nossa continuidade depende inteiramente da memória. As utopias que alimentaram as lutas nos campos do Sul implicavam a negação de qualquer inferioridade real ou simbólica que afectasse a autoestima, tanto a nível individual como colectivo, independentemente das desigualdades reais, económicas, sociais e de poder. A afirmação da dignidade está na base dos movimentos sociais do séc. XX, pelo direito ao emprego e a melhores condições

de vida, firmada numa cultura em que a reivindicação de “a terra a quem a trabalha” conformou os valores do proletariado rural alentejano. A identidade cultural desta região nunca concebeu a interiorização desesperada da pobreza, da tristeza ou do desânimo, mas o uso de estratégias simbolicamente compensatórias que permitem resistir a todas as crises. O humor característico de muitos homens e mulheres, ajuda-os a superarem as situações difíceis das suas vidas e a restaurar a esperança num futuro melhor. A visão do mundo baseia-se numa atitude relativista sobre as ideias e as coisas consideradas provisórias e passageiras, ou sujeitas a modas e a mudanças, devido a condicionalismos internos e externos que tornaram as suas vidas precárias. Esta relativização está na base da tolerância e permissividade a tudo que não afecte a autoestima e a dignidade pessoal, ou comprometa as relações humanas personalizadas. Neste sentido, existe uma maior flexibilidade na aceitação de inovações e de elementos procedentes de outras culturas e de integração social em outras sociedades, produto da vivência da fronteira e da experiência da emigração.

Na década de 1930 os folcloristas reclamaram a preservação de tradições – ou pelo menos as suas representações – perante as transformações materiais e simbólicas da sociedade capitalista, e as suas narrativas foram instrumentalizadas pelos estados-nação, como representações hegemónicas nacionais vinculadas à cultura popular. O saber autorizado de José Leite de Vasconcelos legitimou a diversidade cultural de Barrancos numa obra pioneira publicada de 1955, *Filologia Barranquenha*, através da língua, de contos, provérbios, adivinhas, pregões e cantigas populares recolhidas em 1938 que se perderam no tempo. A Revolução de Abril de 1974 criou expectativas de uma sociedade mais justa e igualitária, com as conquistas da Reforma Agrária e as ações do poder local a convergirem no caminho para o socialismo. O canto polifónico alentejano representou a expressão cultural mais significativa das pessoas organizarem o pensamento e comunicarem, através da partilha de experiências e expectativas comuns. O reconhecimento como iguais possibilita os consensos tecidos na interdependência e na liberdade em termos

comunitários, firmado em relações personalizadas. Os repertórios musicais dos grupos corais recriaram e recriam aspectos da realidade sociocultural ao mesmo tempo que inserem os homens e as mulheres na acção política, ao fazer as vozes audíveis em sociedade. A imaginação e a criatividade imprimem uma estética carregada de significados aos repertórios musicais e aos rituais e símbolos encontrados em festas e romarias que renovam e reforçam o ideal utópico da comunidade de iguais.

Na década de 1980, a adesão à Comunidade Europeia (1986) e a Política Agrícola Comum (PAC) condicionou os destinos da terra e reforçou a propriedade fundiária. O progressivo esgotamento de bens comuns e a degradação de *habitats* que excluíram todas as formas de produção agrícola distintas do sistema intensivo capitalista, traduziram-se na mercadorização da natureza e da cultura. Barrancos procura então um lugar na história de Portugal, através dos vestígios arqueológicos encontrados no Castelo de Noudar, por uma equipa de jovens sonhadores, inspirado por Cláudio Torres. A presença islâmica fica subterrada na história de Barrancos, mas será desvendada em Mértola, pela investigação científica e os estudos patrimoniais desenvolvidos no CAM, um exemplo de dinamização económica e cultural ao serviço da comunidade, que divulgou o passado islâmico em Portugal integrando “os mouros” na narrativa da origem da Nação, como agentes da democracia portuguesa. Em 1982 Barrancos fez-se representar na Casa do Alentejo com os materiais culturais disponíveis. na “Semana de Barrancos”, representou-se com uma exposição sobre a sua origem histórica, documentada com textos e fotografias da antiga vila nascida no castelo de Noudar. No âmbito das actividades culturais foi apresentada a reedição fac similada da obra *Filologia Barranquenha*, de José Leite de Vasconcelos, e a representação do grupo de teatro “Os Carolas”. A programação musical foi preenchida com as prestações da Banda Filarmónica Barranquenha, do grupo coral da Casa do Povo de Barrancos e do grupo coral do Feijó. Os cantadores do Feijó reforçaram simbolicamente a sua afirmação identitária com a moda “Castelo de Noudar”, criada especialmente para o evento.

A diversidade cultural serviu de sustentáculo a uma “comunidade imaginada” como “Terra Única”, que desafia a hegemonia cultural em defesa das suas tradições. É disso exemplo a tourada com touros de morte, num exemplo de resistência em que o movimento de exaltação do “orgulho de ser barranquenho” impôs novos limites às fronteiras culturais do Estado e este repôs o seu poder na fronteira com a aprovação na Assembleia da República, em 2002, do “estatuto de excepção”. A tourada foi declarada Património de Interesse Municipal em 2001 e em 2007 foi a vez do Cante Alentejano, em homenagem ao grupo coral “Os Arraianos”, em 2008, o Barranquenho, na sequência dos estudos de Maria Victória Navas que legitima o actual processo de patrimonialização e reconhecimento como língua, inscrito nos Projectos Lei apresentados por deputados socialistas e comunistas na Assembleia da República.

A partir da década de 1990 o município iniciou a construção de uma memória histórica ibérica, democrática e contra-hegemónica, alicerçada nas relações e na solidariedade dos barranquenhos para com os vizinhos espanhóis. São disso exemplo o curso de Património Cultural desenvolvido por Fernando Ferreira e as primeiras jornadas sobre a Guerra Civil de Espanha na raia organizadas por Miguel Rego em 1999. Nas últimas décadas, as memórias da guerra civil espanhola converteram-se num intenso campo de batalha pela hegemonia sobre o passado, com múltiplas políticas da memória a confluírem no espaço público, modeladas por publicações, exposições e filmes divulgados nos meios de comunicação social. A incessante reconstrução da repressão franquista, por parte de instituições do Estado, movimentos sociais, grupos sociopolíticos e indivíduos, atesta a persistência de um passado que não passa, no campo da memória coletiva e da sua inscrição na memória pública das sociedades. Neste contexto, as estratégias de resistência dos barranquenhos e do tenente Seixas no apoio aos refugiados republicanos, silenciadas e omitidas da História, emergiram como “objecto histórico” pela sua mediatização. Em 2008, a recepção em Espanha do documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, das Producciones Morrimer de Llerena (Badajoz), engrandeceu a solidariedade raiana e contribuiu decisivamente para o

reconhecimento institucional da Comunidad Autónoma de Extremadura. Em 2009, a “Medalla de Extremadura” foi atribuída pela primeira vez a um coletivo, “O Povo de Barrancos”, como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenhos forçados a fugir do seu País em virtude de conflitos sociais e políticos. Até então o único português distinguido com este galardão fora o ex-presidente da República Mário Soares em 1993.

A dimensão cultural e simbólica da fronteira apresenta-se como o epicentro de uma memória social forjada na construção de uma memória ibérica, que se perdeu a favor de uma memória europeia emaranhada. Servem de exemplo as iniciativas culturais organizadas em 2016 pelo município, para comemorar os “150 anos da passagem do general Juan Prim por Barrancos”, assinaladas com uma conferência no Salão Nobre dos Paços do Concelho, um espaço expositivo e o descerramento de uma placa no átrio da Câmara Municipal. Bem como as Jornadas “Guerra Civil de Espanha, oitenta anos depois”, em parceria com a EDIA e o Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, de homenagem aos resistentes republicanos e à solidariedade dos Barranquenhos e do tenente Seixas. Na herdade da Coitadinha (actual Parque de Natureza de Noudar) foi inaugurado um placar que assinala o campo de refugiados republicanos da Coitadinha,¹ descerrado por Francisca Agudo dos Santos, a última testemunha do campo de refugiados e por Tomas Carbonero Caraballo, neto do republicano Rafael Caraballo.

Em Barrancos, os valores e as práticas culturais que no passado configuraram a base da “identidade-resistência”, alicerçada em redes de relações fortemente humanizadas e em estratégias de oposição ao poder centralizador dos estados ibéricos, podem converter-se numa identidade-projeto, orientada para um modelo de desenvolvimento que compatibiliza a rentabilização social com a rentabilização económica, no sentido de uma sociedade mais igualitária e humanizada. O património histórico e cultural, nos seus formatos materiais e imateriais, pode servir não apenas como recurso

¹ Percurso Pedestre - Campo de Refugiados Guerra Civil Espanha. <http://www.parquenoudar.com/pt/novo-percurso-pedestre-campo-de-refugiados-guerra-civil-espanha/>

económico, mas como base para o auto-reconhecimento e o diálogo multicultural. O desafio consiste em converter o campo cultural num activo campo de agenciamento social alternativo e contra-hegemónico, a partir de modelos participativos que desmistifiquem os domínios separados da política, da economia e da educação. O mundo a que devemos aspirar deve contemplar narrativas múltiplas, resultantes de deliberações partilhadas, de compromisso com a equidade e a justiça social, que promovam a liberdade, os direitos humanos e o património cultural como arma carregada de futuro.